

Ata nº. 06/2017

No dia dezasseis do mês de maio de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luis Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, António Joaquim Teixeira da Mota, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem do Dia -----

Ponto um - Pedidos de cedência de espaços (lojas no Mercado) -----

Ponto dois - Deliberação sobre a Norma de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio – BPAAD -----

Ponto três - Deliberação sobre Acordo de Colaboração Cartão Jovem – E.Y.C. -----

Ponto quatro - Deliberação sobre "Vantagens Ermesinde Juventude +" -----

O Sr. Presidente da Junta começou por cumprimentar todos os restantes membros do Executivo, e dando iniciou a Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um - Pedidos de cedência de espaços (lojas no Mercado) -----

Explicou que o pedido efetuado pela ADICE é de um stand e não de uma loja, e pretende a cedência de um espaço para a colocação de arcas congeladoras para conservação dos alimentos doados, durante o período da duração do projeto de apoio do quadro comunitário, que se estima que seja de vinte e sete meses. -----

A Vogal Carla Sousa considera que as lojas do mercado devem ser dinamizadas e apesar de declarar não saber quais as que estão livres ou ocupadas, é da opinião que as concessões devem ser feitas pelo período anual, prorrogável por igual período. Diz também que, naquelas que têm caráter social, deveria ser feita uma avaliação anual de modo a perceber a sua atividade e as mais valias para os fregueses. Questiona também quem serão os responsáveis pelo pagamento do consumo de eletricidade. Sugeriu que fosse feito um regulamento de cedência de espaços por aluguer, parceria ou protocolo das lojas e stands do mercado. A isto o Sr. Presidente responde que se trata de um projeto apoiado por fundos comunitários e que esse programa tem a duração indicada. Assim sendo, não se coaduna com a proposta apresentada, uma vez que é necessário haver garantias, por parte das entidades envolvidas, da

manutenção da cedência do espaço. Em relação à questão da eletricidade diz que, uma vez que as arcas são novas, não considera que haverá um grande aumento do consumo, pelo que propõe que a Junta de Freguesia assuma esse custo, que será reavaliado, caso se verifique que a despesa é muito elevada ou que seja fixado um valor máximo assegurado pela Junta e que este sendo excedido, passará o excedente a ser pago pela ADICE. Refere também que este projeto não é propriamente lucrativo para a entidade, não sendo esse o seu principal objetivo. -----

O Vogal António Mota, apoia também a cobrança da eletricidade, uma vez que há outras entidades que já o fazem, nomeadamente a Reefood, recebendo como resposta do Sr. Presidente que, além de ocupar três lojas do mercado, a Reefood obrigou a um grande investimento da Junta de Freguesia, nomeadamente à instalação de casas de banho no primeiro andar. Sugere que a Junta de Freguesia seja também parceira no projeto, sendo que a sua contribuição seria, além da cedência do espaço, o custo da eletricidade. -----

O Vogal Adelino Soares é também da opinião que o consumo da eletricidade deve ser assumido pela ADICE, independentemente de a Junta de Freguesia poder, mais tarde, auxiliar com algum apoio pontual. Refere que este procedimento deverá ser o adotado, uma vez que as restantes entidades também pagam a eletricidade que consomem, correndo-se o risco de discriminação ou de estabelecer precedentes. -----

Foi colocada a cedência do referido stand à ADICE à votação, com a condição de o custo da eletricidade ser assumido pela entidade ou pelo projeto. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

No que concerne à cedência de três espaços à Delegação de Gondomar/Valongo da Cruz Vermelha Portuguesa, explica o Sr. Presidente que, em conversa com o Presidente a Delegação, explicou que a cedência por 30 anos seria concedida apenas se se mantivessem as condições de gestão do equipamento do Mercado por parte da Junta de Freguesia, o que foi compreendido e acolhido por aquela entidade. Justifica prazo alargado como o facto de o projeto necessitar, por parte da Cruz Vermelha, de uma parceria temporalmente estável. -----

A Vogal Carla Sousa diz que, tal como referiu anteriormente considera que os espaços deveriam ser cedidos anualmente, pelo que esta seria mais uma exceção que condicionará até a atribuição de espaços às restantes entidades. -----

O Vogal António Mota também considera o prazo muito alargado, mas compreende a necessidade da Cruz Vermelha em que assim seja. Questiona quais as valências que serão ali colocadas, uma vez que ouviu dizer que uma delas implica a colocação de um elevador. -----

Também o Vogal Adelino Soares estranha o prazo de atribuição da concessão, uma vez que não conhece nenhum projeto financiado que tenha um prazo tão alargado. -----

Quanto às valências a estabelecer no local, o Sr. Presidente responde que irá tratar-se, pelo menos, de um centro de atendimento, uma vez que o que existe em Valongo não tem condições de espaço para respeitar a privacidade das pessoas e um centro de terapia ocupacional. Propõe que, uma vez que o projeto de maior relevância será este agora apresentado, seja votada a cedência das três lojas, e os restantes pedidos, por exclusão de partes, não seriam votados, respondendo-se aos requerentes que, mantendo o interesse em espaços no mercado, terão à sua disposição alguns stands, que decerto necessitarão de obras e que ficarão ao seu encargo. -----

Colocada a deliberação numero vinte e cinco à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos contra dos eleitos pelo Bloco de Esquerda, que apresentou uma declaração de voto, e da CDU, e com a condição de serem cedidas as três lojas se a ADRA aceitar trocar a loja que agora ocupa, por um stand. - Ponto dois - Deliberação sobre a Norma de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio – BPAAD -----

A Vogal Esmeralda Carvalho diz que o Partido Socialista não irá votar a Norma de Funcionamento uma vez que a última versão foi enviada apenas durante o presente dia e não tiveram tempo de a analisar. ----

A isto responde a Vogal Secretária, Teresa Raposo, questionando se a versão anterior foi discutida e apreciada pelo Partido Socialista ao que lhe respondem afirmativamente, propondo-se a explicar que as alterações colocadas no dia de hoje se prendem apenas com a inclusão da designação “apenas para efeitos documentais” nas cópias fornecidas dos documentos de identificação; a troca da expressão “obter a confidencialidade” por “exigir a confidencialidade” no artigo décimo quarto assim como a previsão da diferenciação dos valores das taxas e períodos de empréstimo para não recenseados em Ermesinde. ----

O Vogal Adelino Soares questiona qual a fórmula de cálculo utilizada para apurar o valor do rendimento, ao que a Vogal Secretária lhe responde que é a mesma que é utilizada para cálculo do rendimento “per capita” pelas instituições públicas e privadas que concedem apoios sociais, sendo que foi aprovada por Portaria do Governo. -----

A Vogal Carla Sousa diz que o material angariado deveria ser cedido a outras entidades, nomeadamente o próprio Centro de Saúde e que continua a desconhecer se os voluntários têm formação para o

acompanhamento dos beneficiários e que a Junta de Freguesia não tem competência para fazer a limpeza do material médico ou ortopédico. -----

A Norma de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio – BPAAD foi aprovada por maioria, com a abstenção dos eleitos pelo Partido Socialista e pela CDU, e o voto contra do Bloco de Esquerda. A CDU e o Bloco de Esquerda apresentaram declarações de voto, que ficaram apenas à presente ata. -----

Ponto três - Deliberação sobre Acordo de Colaboração Cartão Jovem – E.Y.C.

A Vogal Carla Sousa diz que não teve oportunidade para ler o documento, pelo que irá votar contra ou não participar na votação, pelo que o Sr. Presidente explica que este cartão é semelhante ao cartão Jovem, mas com a adaptação de ser colocada a marca e logotipo da Junta de Freguesia de Ermesinde. O Vogal António Mota questiona qual o custo para a Junta de Freguesia que este cartão implica, recebendo como resposta do Sr. Presidente que o custo inicial é o da aquisição de duzentos e cinquenta cartões, que depois serão vendidos diretamente pela Junta de Freguesia ou, alguns deles, de modo a fomentar a divulgação, oferecidos no dia de lançamento. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com um voto contra do BE e uma abstenção da CDU. -----

Ponto quatro - Deliberação sobre "Vantagens Ermesinde Juventude +"

O Sr. Presidente explica este ponto dizendo que, como suporte ao Cartão Jovem será dado, aos seus portadores, um conjunto de vantagens e descontos nas lojas de Ermesinde aderentes. Será também aplicado um regime de pontos, que serão obtidos nomeadamente através da participação em programas de voluntariado na Junta de freguesia e também de acordo com as médias das notas escolares, que trarão ainda mais vantagens aos portadores do cartão. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado com a abstenção dos eleitos pelo PS e CDU e o voto contra da eleita pelo BE. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente prestou as informações sobre as competências delegadas e deu a reunião por encerrada. -----

A JUNTA

Dr. R. P.
Srinivas
17/11/2020

Dr. R. P.
Srinivas

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pedidos de cedência de espaços

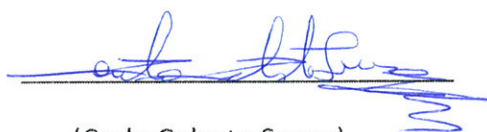
O Bloco de Esquerda tem defendido a dinamização e ocupação das lojas do mercado, a preços mais convidativos e/ou simbólicos que os de comércio tradicional, de forma a sediar e colaborar com as associações, clubes e coletividades da freguesia, assim como facilitar a fomentação de pequenos espaços para artífices artesanais ou empresas, com pendor social, tal como outras instituições que tenham relevância para a freguesia e sua população.

O objetivo principal será o da transformação de um espaço morto, num local dinâmico e apelativo, contribuindo simultaneamente para a minimização de despesas das diversas entidades, que ali poderão desenvolver os seus projetos.


No entanto, entende também que os contratos de cedência/arrendamento devem ser ponderados em função das mais-valias que podem gerar para a freguesia/população. Assim como assim, a avaliação destes contratos deverá ser revista anualmente, tal como a revalidação do contrato. O Bloco de esquerda defende a firmação de contratos com uma duração não superior a doze meses, prorrogáveis por iguais períodos. Neste sentido sugere que a revalidação dos contratos, seja precedida de uma avaliação do desenvolvimento da atividade, não obstante a denúncia do contrato, por qualquer das partes envolvidas, com um período de pré-aviso, antes de cumpridos os doze meses iniciais ou subsequentes.

Por outro lado, a cedência destes espaços, no momento atual, poderá vir a condicionar, outros projetos e objetivos para o mercado, no próximo mandato

A representante do Bloco de Esquerda, em reunião extraordinária de 16 de maio de 2017, vota contra a cedência de espaços da proposta apresentada.



(Carla Celeste Sousa)

- 
3. A enorme responsabilidade e cuidado que requer a manutenção e limpeza de alguns destes produtos. É imprudente colocar voluntários, equipa técnica da ação social ou outros sem formação na área, a tratar, por exemplo, de produtos de apoio à terapia respiratória;
 4. A hipótese da manutenção dos produtos, ser contratualizada por entidades competentes, o que se traduz em gastos supérfluos para a junta de freguesia;
 5. A gratuitidade de alguns dos produtos referenciados, aquando prescrição médica;
 6. A necessidade do conhecimento profundo dos casos que necessitam deste tipo de auxílio e do seu enquadramento social, lembrando que este já não é uma competência da junta de freguesia;
 7. O âmbito de atuação da Junta de Freguesia de Ermesinde, ser Ermesinde. Apesar de se precaver que "As situações de Ermesinde serão sempre privilegiadas", a verdade é que se o material estiver cedido a um outro utente não freguês, a razão deste privilégio, não será verdadeira;
 8. Se desconhece a formação da equipa do gabinete social da junta de freguesia, constando dos seus quadros laborais, apenas uma técnica de ação social;
 9. Não se conhecem, à data, antes da reunião, se as propostas de alteração ao projeto apresentado a 01 de março, em reunião ordinária deste órgão executivo, foram ou não integradas, ou que sugestões foram acolhidas, de forma a permitir uma decisão inequívoca.

Assim, a representante do Bloco de Esquerda, em reunião extraordinária de 16 de Maio de 2017, vota contra a Norma de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio.



(Carla Celeste Sousa)

DECLARAÇÃO DE VOTO

Norma de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio.

Apesar do documento em apreciação, ter em atenção o Diagnóstico Social do Concelho de Valongo 2015, e do pressuposto de “conhecer para agir”, a verdade é que não existem dados explícitos sobre a carência de dispositivos médicos no concelho, ou na freguesia. Importa, pois, conhecê-los. Sabe-se que a tendência evolutiva é a do envelhecimento da população, apesar do índice de envelhecimento e de dependência de idosos ser o mais baixo, ou dos mais baixos do grande Porto. Sabe-se ainda que a população residente no concelho com deficiência ou incapacidades, está bastante desatualizada, sendo os dados dos Censos 2001, por não haver sistematização de dados a nível concelhio nos censos 2011.

Ainda que pertinente a existência de um banco de produtos de apoio e assistência domiciliário, o bloco de esquerda, considera que a melhor opção será a de colaboração e estreita articulação com instituições que integrem equipas multidisciplinares, prestadoras de serviços sociais médicos e domiciliários, através de ações protocolares, com a cedência do material angariado. Esta cedência não invalida, que a junta de freguesia, enquanto parceira social, não se comprometa a ceder espaços de armazenamento destes materiais, ou continue a diligenciar esforços para colmatar possíveis debilidades, a diagnosticar.

Neste sentido, a prestação deste serviço não carece da presente norma de funcionamento.

Considerando o exposto e acrescentando:

1. A imprescindível formação técnica para a utilização, manuseamento e o ensino pedagógico aos usufruidores e/ou cuidadores, dos produtos de apoio, não compagináveis com a boa vontade de possíveis voluntários, ou equipas de ação social, sem formação adequada;
2. A carência de uma equipa multidisciplinar na área da saúde, nomeadamente enfermeiros, terapeutas nas diversas vertentes, etc.;